



Planejamento turístico: um estudo sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Seridó

*Tourism planning: a study on the Integrated Development Plan for
Sustainable Tourism of pole Seridó*

*Planificación del turismo: un estudio sobre el Plan de Desarrollo
Integrado del Turismo Sostenible del lo polo Seridó*

Antônia Micarla Alves < micarlaa@hotmail.com >

Graduanda do curso de bacharelado em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Currais Novos, RN, Brasil.

Janaina Luciana de Medeiros < Janaina_ufrn_turismo@hotmail.com >

Graduanda do curso de bacharelado em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Currais Novos, RN, Brasil.

Kettrin Farias Bem Maracajá < kettrin@ufrnet.br >

Professora orientadora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Currais Novos, RN, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 18-mar-2011

Aceite: 03-abr-2012

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

ALVES, A. M.; MEDEIROS, J. L.; MARACAJÁ, K. F. B.; Planejamento turístico: um estudo sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Seridó. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.17-29, abr. 2012.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



PATROCÍNIO



Resumo: Diante da importância que a atividade turística tem alcançado, percebe-se a necessidade e o esforço por parte dos gestores envolvidos em planejar o turismo de forma adequada, buscando a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental da região receptora. Dessa forma, esse artigo tem como objetivo estudar as políticas públicas existentes para esse setor, analisando mais especificamente, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Pólo Seridó, trazendo ainda uma pequena abordagem sobre o Plano Nacional de Turismo – PNT e o Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR. A metodologia utilizada neste trabalho foi construída por meio de pesquisa bibliográfica, empírica e documental. Como resultado tem-se que o PDITS do Polo Seridó do RN vem concretizar os planos do Governo Federal, e os ideais almejados pelos Seridoenses há alguns anos, uma vez que a Região já participou de alguns projetos para desenvolvimento do turismo. O PDITS caracteriza-se como um instrumento de gestão e planejamento turístico para Região Seridó, que tem por objetivo principal orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, a curto, médio e longo prazo, estabelecendo as bases para a definição de ações, as prioridades e a tomada de decisão.

Palavras-chave: Turismo; Planejamento; PRODETUR; PDITS - Seridó.

Abstract: Given the importance that tourism has achieved, one sees the need and effort of managers involved in planning tourism appropriately, seeking sustainable economic, social, cultural and environmental aspects of the receiving region. Thus, this article aims to study existing public policies for this sector, analyzing more specifically, the Integrated Development Plan for Sustainable Tourism - PDITS of Polo Seridó, bringing even a small approach on the National Tourism Plan - Program and NWP regional Tourism Development - PRODETUR. The methodology used was constructed by means of literature, empirical and documentary. The result is that the PDITS of Polo Seridó/ RN has plans materialize, the Federal Government, and the ideals sought by Seridoenses few years, since the Region has participated in some projects for tourism development. The PDITS characterized as a management tool and trip planning to Seridó Region, which has the main objective driving the growth of the sector on a sustainable basis, the short, medium and long term, establishing the basis for the definition of actions, priorities and decision making.

Keywords: Tourism; Planning; PRODETUR; PDITS - Seridó.

Resumen: Frente a la importancia que el turismo ha logrado, se ve la necesidad y el esfuerzo de los directivos implicados en la planificación turística adecuada, buscando sostenibles aspectos económicos, sociales, culturales y ambientales de la región receptora. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo estudiar las políticas públicas existentes para este sector, analizando más en concreto, el Plan de Desarrollo Integrado del Turismo Sostenible - PDITS del lo Polo Seridó, con lo que incluso una pequeña aproximación sobre el Plan Nacional de Turismo - Programa y predicción numérica del tiempo Desarrollo Regional de Turismo - PRODETUR. La metodología utilizada fue construida por medio de la literatura, empíricos y documentales. El resultado es que el PDITS del lo Polo Seridó RN tiene planes se materializan, el Gobierno Federal, y los ideales perseguidos por año Seridoenses pocos, ya que la Región ha participado en algunos proyectos para el desarrollo del turismo. Los PDITS caracterizados como una herramienta de gestión y planificación de viaje a Seridó Región, que tiene como objetivo principal impulsar el crecimiento del sector sobre una base sostenible, el corto, mediano y largo plazo, se crea la base para la definición de acciones, prioridades y toma de decisiones.

Palabras clave: Turismo; Planificación; PRODETUR; PDITS - Seridó.

Introdução

O turismo é entendido, atualmente, como um dos setores mais promissores da economia mundial, e o Brasil possui um potencial significativo para o desenvolvimento dos mais diversos segmentos dessa atividade. Como resultado, percebe-se que as discussões sobre o turismo vêm ganhando espaço no âmbito do planejamento e da gestão pública, nas mais diferentes escalas, evidenciando-se uma maior participação e consciência dos atores sociais envolvidos com a atividade.

Conhecendo o potencial turístico brasileiro e a importância de instrumentos de planejamento, o Governo Federal elaborou os Planos Nacionais de Turismo - 2003/ 2007 e o atual, 2007/ 2010, buscando priorizar o desenvolvimento do turismo, uma vez que, essa atividade, quando bem planejada, gera inúmeros benefícios econômicos, culturais, e principalmente sociais.

O Plano Nacional de Turismo 2007/2010 *Uma Viagem de Inclusão* é dividido em macroprogramas, tendo como principal o de Regionalização do Turismo. Este busca a desconcentração da oferta turística propiciando a interiorização da atividade e a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados no mercado interno e externo.

Dentre os programas do Governo que beneficiam a atividade turística temos também o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo Regional/PRODETUR/NE, que dá ênfase ao planejamento, desenvolvimento, bem como a consolidação do turismo no Nordeste. Temos ainda, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que apesar de não ter como foco principal o turismo, acaba favorecendo-o, uma vez que seus investimentos são direcionados em infraestrutura como rodovias, aeroportos etc., que são indispensáveis para a atividade.

É nessa perspectiva de gestão descentralizada e regionalização que surgem os Pólos Regionais e seus respectivos Conselhos, como forma de buscar o desenvolvimento regional através de uma gestão compartilhada, levando em consideração as especificidades locais e possibilitando a participação dos diversos atores sociais no planejamento turístico.

Portanto, esse trabalho tem como objetivo estudar as políticas públicas direcionadas para o planejamento turístico regional, mais especificamente o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Pólo Seridó do RN, que trabalha em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Turismo e contará com recursos do PRODETUR Nacional a serem aplicados em infraestrutura, qualificação e divulgação entre outras áreas do setor.

Para a realização desse artigo foram adotados os seguintes procedimentos técnico-metodológicos: inicialmente foi feito o trabalho para obtenção de dados, ou seja, pesquisa documental (ou fontes primárias – documentos escritos, fotos) em órgãos públicos e privados onde será feito o levantamento de documentos sobre o processo de construção do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Seridó do Rio Grande do Norte.

Os levantamentos bibliográficos foram feitos em livros, dissertações, monografias, relatórios técnicos, nos quais fornecerá informações relevantes para a pesquisa. E de *sites* que possam acrescentar informações verídicas sobre a temática em questão.

Cabe ressaltar que este estudo tornou-se relevante, porque contribuiu ao que se refere à obtenção de maior conhecimento sobre a gestão pública e privada, assim como, o PDTIS do Pólo Seridó (RN).

Por se tratar de uma região reconhecida pela sua cultura, hospitalidade, gastronomia, artesanato e fé aliada ao potencial de suas paisagens e minérios diversificados, o Seridó do Rio Grande do Norte vem passando pelo processo de desenvolvimento turístico direcionado pela Política Nacional

de Turismo através do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Este processo resultou, no ano de 2005, na criação do Pólo de Turismo do Seridó, e no Projeto Roteiro Seridó – Novos Caminhos para o turismo do RN, desenvolvido pelo Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas do Rio Grande do Norte - SEBRAE RN em parceria com o Governo do Estado, através da Secretária de Turismo - SETUR e oito municípios integrantes, além de outros parceiros como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Instituições de Ensino, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, dentre outros. Ainda, através da Secretaria de Estado do Turismo, foi instituído em julho de 2008 o Conselho de Turismo do Pólo Seridó, que dentre suas atividades, estruturou o PDITS do Pólo Seridó (2011). Este Plano foi um esforço de elaboração de planejamento turístico do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no âmbito das ações e instrumentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR NE. (GEO-PARQUE SERIDÓ – RN, 2011; PDSS, 2000).

Nesse caso, o PDITS pode ser considerado um plano norteador para o desenvolvimento do turismo em um planejamento de longo prazo para o pólo turístico, que deve ser elaborado com participação das instituições e comunidades envolvidas. Por conseguinte, o PDITS do Poló Seridó do RN é um instrumento de planejamento de turismo que visa desenvolver a atividade turística, a partir de investimentos locais em infraestrutura turística, em especial, às atividades do turismo cultural-arqueológico, que venha a favorecer a conservação ambiental e cultural local das populações reativas (PDITS, 2011. p. 18).

Turismo e desenvolvimento regional

O turismo é uma atividade que fortalece a movimentação de divisas de uma determinada localidade através da circulação de visitantes, sendo considerada uma atividade com um potencial de impulsionar o desenvolvimento das regiões, que permite transformar os recursos naturais, culturais e históricos de uma região em potencialidades turísticas, acrescentando assim, um maior valor a esses recursos.

No entanto, a atividade do turismo pode assumir diferentes níveis de importância no desenvolvimento regional, pois nem todas as regiões têm recursos turísticos idênticos, fazendo com que tenha um caráter dominante ou apenas um caráter complementar.

Partindo desse pressuposto, dependendo do grau de desenvolvimento de uma localidade, ou região, o turismo estimula a criação de bens e serviços, que beneficiam as populações residentes. Assim, o turismo tem a capacidade de reorganização de localidades inteiras para o acontecimento dessa atividade.

Segundo Beni (2006, p. 67) o turismo provoca o:

[...] desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador do investimento e dos fortes crescimentos da demanda interna e receptiva. É atividade excelente para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial. Por efeito do aumento da oferta turística (alojamentos, estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros), eleva a demanda de emprego, repercutindo na diminuição da mão-de-obra subutilizada ou desempregada.

Devido a isso, a atividade turística sempre inova na atração de visitantes, pois é um fenômeno em constante transformação, que segue tendências e modernização, atendendo assim, as necessidades que o mercado exige. E muitas vezes essa atividade econômica de efeito multiplicador contribui para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, principalmente aqueles atores envolvidos na comunidade de um determinado local. Para que esse efeito multiplicador do turismo aconteça de forma efetiva é preciso, então, que essa atividade, desde o seu planejamento, deva ser concebida com a participação de todos os atores envolvidos direta e indiretamente com a atividade turística.

O planejamento turístico para um desenvolvimento sustentável do turismo

O turismo é uma atividade que proporciona movimentação de capital através da circulação de visitantes a determinado lugar, ambiente, e que fortalece e melhora a estrutura da cidade em que se realizam as práticas turísticas, através dos investimentos por parte da gestão pública em atender as necessidades do turista e fazer com que ele retorne.

A autora Gastal (2002, p.9) traz a ideia de que:

O turismo é, talvez, o fenômeno mais globalizado, num mundo de globalizações. A pós-modernidade traz o apagamento das fronteiras e a busca de universalidades. Mas também traz o elogio da diferença. Nessa dialética, faz-se necessário que, da especificidade, nasça o que poderemos chamar de “turismo brasileiro”, não apenas como o marketing de um destino emergente, mas como a construção de uma reflexão crítica que considere e construa o instrumental teórico com o qual iremos olhar e organizar os nossos entornos para melhor receber – à brasileira – os nossos visitantes, enquanto dialogamos com o mundo.

De acordo com a autora Gastal (2002), no turismo deve ser priorizada a prestação de serviços baseada na qualidade, visando satisfação do cliente, sobrevivência da empresa no mercado, competitividade e melhorias da imagem.

O planejamento no turismo é, pois, fator primordial na elaboração de estratégias de desenvolvimento de um ambiente turístico, traçando pontos a serem aprimorados e revitalizados, com a finalidade de satisfazer o turista sem modificar os conceitos de realização de um turismo sustentável.

Segundo Hall (2004, p. 30): “[...] o desenvolvimento turístico completamente destruído de regulamentação e planejamento certamente conduzirá à degradação da base de recursos físicos e sociais da qual o turismo depende”.

Para um bom planejamento turístico, é, portanto, necessário que seja feita delimitação da área em relação ao público destinado, além do estudo da capacidade de carga do local visitado, visto que ela não pode ser ultrapassada para que não haja modificação no ambiente que venha a comprometer visitas futuras.

Planejar é, nessa perspectiva, responsabilidade aliada à gestão adequada na realização de atividades que não venham a danificar o meio em que estão inseridas e são praticadas.

Assim, o processo de planejamento turístico deve analisar a prática do turismo de um determinado espaço geográfico planejado para todos os envolvidos nessa atividade, como os que realizam turismo (os turistas) – que são pessoas que muitas vezes sonharam a vida inteira com essa viagem –, os empresários que a comercializam, os que atendem às diversas instalações no local de estada, sem esquecer os moradores dessas localidades que compartilham o espaço físico e social com os vi-

sitantes, fixando através desse planejamento um modelo de atuação, mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e diretrizes, onde busque uma integração dos órgãos públicos e privados e a comunidade de uma determinada localidade ou região. (BARRETTO, 2005). Além disso, para um país ou região ser competitivo turisticamente é necessário que tenha uma vantagem diferenciada dos concorrentes, para se ter capacidade de seguir alcançando seus objetivos ao longo do tempo. (BAHL, 2003).

O papel das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo

O turismo por ser uma atividade complexa que está sempre em constante crescimento requer um planejamento das partes interessadas nas tomadas de decisões, seja a sociedade civil, o poder público ou a iniciativa privada, para o alcance dos resultados esperados.

O desenvolvimento dessa atividade necessita, portanto, da criação de políticas públicas voltadas para o turismo. Assim sendo, políticas públicas se define como uma expressão da postura do poder público na solução dos problemas da sociedade e dos diferentes atores que compõem o cenário e sua intenção de dar respostas afeiçoadas ao papel do Estado e sua relação com a sociedade, através da criação de ações, metas e planos, em âmbito nacional, estadual ou municipal. (MARIN FILHO, 2005).

Nesse caso, o Estado tem a função, na tentativa de minimizar os impactos resultantes da atividade turística, de planejá-la visando seu desenvolvimento de forma sustentável e responsável, através do direcionamento de políticas públicas voltadas para o turismo.

Partindo desse preceito, Cruz (2002, p. 9) coloca que

O modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar. À política pública do turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada. Na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor das iniciativas e interesses particulares.

Com base nas informações supracitadas, as políticas públicas do turismo foram criadas para atingir resultados na área do planejamento de um turismo sustentável, onde essa atividade promova o bem estar da sociedade, através do conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que possam expressar caminhos para atingir os objetivos de desenvolvimento do turismo de um país, região, estado, cidade.

Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR)

Em relação às ações relacionadas à infraestrutura de apoio ao turismo, de acordo com o site do Ministério do Turismo (2010), podemos destacar os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, em andamento no país, que tem seus recursos provenientes dos financiamentos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com contrapartida dos Governos Federal e Estaduais. Atualmente existe o PRODETUR Sul que abrange os três estados da

Região Sul e o estado do Mato Grosso do Sul, o PROECOTUR para a região da Amazônia Legal, o PRODETUR JK que abrange a Região Central e Sudeste do País e o PRODETUR Nordeste que atende os nove estados da Região Nordeste e a parte norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, sendo este último abordado nesse tópico.

A região nordestina como espaço turístico foi se firmando durante anos, devido às características ambientais favoráveis: litoral, clima, praias, vegetação, além das condições instigantes de alguns acontecimentos históricos, que deixaram marcos relevantes no seu patrimônio histórico e arquitetônico. Acrescenta-se a tais atrativos as manifestações culturais que mesclam as influências das etnias mais preponderantes na formação do povo nordestino, bem como a hospitalidade dos seus habitantes.

Segundo o Banco do Nordeste (2010), para a formulação do PRODETUR NORDESTE foi levantado os seguintes aspectos:

- a valorização da orla marítima e do patrimônio histórico cultural, elegendo o turismo como uma estratégia de desenvolvimento econômico regional;
- houve a determinação de formular e implementar planos turísticos em todo o litoral nordestino com a finalidade de implantar equipamentos turísticos e de consumo coletivo, combinados ou não a espaços para uso residencial;
- o turismo nordestino é impactado pelo processo de globalização em curso no mundo, trazendo inovações com a associação ao desenvolvimento auto-sustentável e ao apelo ecológico e cultural, sendo essas variáveis relevantes para as agências transnacionais que influenciam políticas públicas destinadas ao setor e a dinâmica dos direcionamentos dos fluxos dos viajantes.

Assim, de acordo com o que foi pesquisado, o PRODETUR é um megaprojeto baseado na abordagem de auto-sustentabilidade, com investimentos adequados em um ambiente competitivo, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com contrapartida do Governo Federal e Estadual, tendo como órgão executor o Banco do Nordeste (BNB).

Segundo o Ministério do Turismo (2010):

Os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo buscam organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, através de prévios processos de planejamento das regiões turísticas. A partir do planejamento das áreas turísticas prioritárias são propostas intervenções públicas a serem implantadas de forma que o turismo venha a constituir uma verdadeira alternativa econômica geradora de emprego e renda principalmente para a população local.

De acordo com o Ministério do Turismo (2010), o PRODETUR NORDESTE iniciou em 1994, ficando conhecido como PRODETUR NORDESTE I, tendo como objetivo a melhoria da qualidade da atividade turística, assim como, a melhoria da qualidade de vida das comunidades dos municípios alcançados pelo Programa, criando condições favoráveis em: infraestrutura de saneamento básico (água e esgoto) e de suporte ao turismo — instalação ou ampliação de aeroportos, urbanização de áreas turísticas, centro de convenções, recuperação do patrimônio histórico, bem como um aquecimento da economia das localidades turísticas.

Para tanto, segundo orientação do Banco do Nordeste/ BID, são definidas as seguintes ações:

- Ações a serem completadas são aquelas que, embora previstas no âmbito do PRODETUR/NE I, não foram terminadas ou executadas nos municípios beneficiados, mas que continuam sendo necessária a sustentabilidade do turismo do respectivo Pólo.

- Ações a serem complementadas são aquelas identificadas como prioritárias, em função dos resultados e impactos do PRODETUR/NE I no Pólo. Tanto as ações de completar como as de complementar serão trabalhadas no âmbito dos componentes identificados para o PRODETUR/NE II e necessários para dar sustentabilidade ao turismo no Pólo.

Os resultados satisfatórios do PRODETUR I motivaram a criação e aplicação do PRODETUR II. Assim, ainda de acordo com o Ministério do Turismo (2010), o PRODETUR II teve sua iniciação em 1999, com uma grande inovação que foi a definição de pólos turísticos e sua ampliação, sendo incluídos os estados de Espírito Santo e Minas Gerais, integrante da zona conhecida como Polígono das Secas da região nordestina.

Os pólos definidos foram os seguintes, de acordo com o Banco do Nordeste (2010): São Luís (Maranhão), Costa do Delta (Piauí), Costa do Sol (Ceará), Costa das Dunas (Rio Grande do Norte), Costa das Piscinas (Paraíba), Costa dos Arrecifes (Pernambuco), Costa dos Coqueirais (Sergipe), Salvador e Entorno (Bahia), Litoral Sul (Bahia), Costa do Descobrimento (Bahia), Vale Mineiro do São Francisco (Minas Gerais), Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e Costa do Marlin (Espírito Santo). Assim, depois cada estado estabeleceu ou não novos pólos. É exemplar o caso do Rio Grande do Norte que, além do Pólo Costa das Dunas, trabalha atualmente os pólos Costa Branca, Serrano e Seridó.

O PRODETUR NORDESTE, conforme o Ministério do Turismo (2010), em sua segunda etapa, teve como objetivo geral zelar pela qualidade de vida da população residente dos pólos turísticos nos estados participantes. Tendo como objetivos específicos: Promover o aumento das receitas provenientes das atividades turísticas; Melhorar a capacidade de gestão dessas receitas por parte dos estados e município; Assegurar o desenvolvimento turístico autossustentável e responsável nas áreas beneficiadas pelo programa; Melhorar a qualidade de vida das populações nos municípios; Conferir a sustentabilidade às ações realizadas no âmbito da primeira fase do programa, antes de expandir a atuação para novas áreas turísticas.

De acordo com estudos feitos, o programa aumenta sua complexidade no final do ano 2000, cabendo a cada pólo turístico elaborar um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), que é avaliado pelo Ministério do Turismo (MTur). Trazendo como componentes o fortalecimento da capacidade municipal e gestão do turismo; Planejamento estratégico, treinamento e infraestrutura para o crescimento; Promoção de investimento do setor privado.

Enfim, o programa proporcionou um impacto bastante positivo para as equipes técnicas envolvidas, exigindo mais conhecimento e competência técnica das mesmas, até porque envolve inovações na maneira de formular e implementar programas de governo.

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do pólo Seridó

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) foi elaborado pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), onde esse plano estabelece as bases que definirão as prioridades que receberão as ações e investimentos correspondentes para o desenvolvimento da atividade turística em uma determinada área.

O PDITS é o instrumento de planejamento do turismo em uma área geográfica selecionada, que tem por objetivo principal orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo as bases para a definição de ações, as prioridades, e a tomada de decisão. (PRO-DETUR NACIONAL, 2008).

Nesse contexto, foi estruturado o PDITS do Pólo Seridó do Rio Grande do Norte, que se constituiu em um esforço de planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito fundamental para as ações e investimentos do PRODETUR/NE.

Dessa forma, o PDITS do Pólo Seridó tem como objetivo geral buscar desenvolver o turismo no Pólo Seridó – RN a partir de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infraestrutura turística, especialmente relacionado às atividades dos segmentos do turismo cultural-arqueológico, visto o Seridó do Rio Grande do Norte ser rico nessas atividades, de modo a favorecer a conservação do meio ambiente e da rusticidade local, num processo de valorização dos elementos naturais da paisagem e dos traços culturais das populações nativas, como fundamento do turismo (PDITS, 2011).

Partindo desse objetivo, o PDITS do Pólo Seridó/RN se instituiu como um plano que contribuirá para o fortalecimento do turismo no estado do Rio Grande do Norte através da estruturação do Seridó do RN, de modo a contribuir com a valorização dos elementos naturais e culturais, num processo planejado de uso e ocupação sustentável desses territórios, buscando ampliar a oferta turística do Estado e diversificá-la criando novos destinos e produtos turísticos, tornando os produtos potiguares mais competitivos a nível regional, nacional e internacionalmente, fazendo com que aumente a taxa de permanência e o gasto médio dos visitantes na região (PDITS, 2011).

Esse plano também procura promover a qualificação e capacitação dos profissionais que atuam em todas as esferas da cadeia produtiva do turismo, oferecendo oportunidades de qualificação à comunidade que deseja se inserir no mercado de trabalho turístico, e auxiliará no aperfeiçoamento da capacidade de gestão administrativa e fiscal dos municípios, com vistas a aumentar as receitas provenientes da atividade turística. Consiste, portanto, em um instrumento de planejamento que busca a integração dos stakeholders envolvidos no desenvolvimento da atividade turística da região Seridó do RN, buscando uma prática de um turismo sustentável.

Para a concretização do PDITS é necessário as seguintes etapas:

- **Plano de Trabalho:** Apresenta o planejamento das atividades, ações e etapas a serem desenvolvidas, os procedimentos de execução, as formas e maneiras de participação popular, a equipe técnica e o cronograma de execução, bem como a previsão da realização das viagens de reconhecimento. Representando a primeira etapa de construção do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Pólo Seridó. Portanto, pode-se dizer que o Plano de Trabalho orientará a execução das etapas seguintes, facilitando o monitoramento e o controle do processo, ajudando todas as pessoas envolvidas, bem como os atores e instituições de supervisão, uma vez que destaca todos os caminhos a serem percorridos em cada etapa do processo de planejamento turístico. Esse documento passou por apresentação e validação perante o Conselho de Turismo do Pólo Seridó e demais atores envolvidos para que fosse dada sequência aos trabalhos.
- **Diagnóstico Estratégico:** É um documento que oferece relatório técnico, material cartográfico e iconográfico, com a análise dos dados e informações levantados durante a etapa de conhecimento da realidade. Contando com indicação e análise das condições em que o turismo se desenvolve, exame da oferta e demanda turística atual e potencial, bem como, dos concorrentes, análise da

participação da sociedade no processo turístico, capacidade de gestão do turismo em níveis local e regional, expondo as potencialidades e fragilidades verificadas no contexto do Pólo. O diagnóstico apresenta os objetivos que guiarão o planejamento e as estratégias de desenvolvimento que serão implementadas na região, por meio de ações identificadas, priorizadas, quantificadas e avaliadas quanto aos possíveis impactos socioambientais, econômico-financeiros e político-institucionais.

- **Plano de Ação (Versão Preliminar do PDITS):** Documento que consolida todas as etapas anteriores do trabalho, contendo as principais conclusões relacionadas à seleção da área turística, situação atual do turismo, as estratégias, diretrizes, políticas, ações e investimentos para o desenvolvimento turístico do Pólo. Constando a seleção de ações a serem realizadas de forma prioritária no âmbito do PRODETUR durante os dezoito primeiros meses. Pode-se dizer que, esse documento representa um rascunho ou como o nome já diz, uma versão preliminar do PDITS, que será objeto de debate, passando por processo de aprovação pelos membros do Conselho Regional do Pólo e outros atores sociais envolvidos, onde os mesmos poderão fazer sugestões e/ou recomendações que deverão constar no Produto Final, o PDITS.
- **PDITS (Versão Final):** Caracteriza-se no documento final, apresentando o resultado de todo o processo de planejamento turístico, sendo mais precisamente uma versão melhorada do Plano de Ação (versão preliminar), contendo as sugestões e recomendações feitas pelo Conselho Regional do Pólo e demais atores sociais durante apresentação da versão preliminar do plano. No entanto, até a conclusão desse artigo a versão final do PDITS não havia sido apresentada para o Conselho e demais atores envolvidos, uma vez que está sendo analisada pelo BID, instituição financiadora do PRODETUR.

Stakeholders do PDITS do Pólo Seridó – RN

Como a prática da atividade turística é baseada em serviços, é importante destacar que, para acontecer de forma sustentável têm que haver à participação dos *stakeholders*, que no mercado turístico, segundo Araújo (2008), podem ser identificados como os empresários do ramo de restauração e hospedagem, secretário de turismo, gestores públicos e privados, os turistas, dentre outros.

É necessário frisar que o termo *stakeholders* é utilizado dentro da administração, criado para diferenciar e definir de forma mais clara os acionistas de um sistema organizacional dos outros membros envolvidos, que se apresentam como uma base forte dentro de uma organização. Assim, podem-se conceituar os stakeholders como o conjunto de todos os atores envolvidos em uma organização, incluindo qualquer grupo ou indivíduo que possa afetar ou é afetado pelos objetivos organizacionais. (CAMPOS, 2008).

Os *stakeholders* também podem ser caracterizados como todos os atores envolvidos nos ambientes internos e externos de uma organização ou atividade, onde é importante destacar e denominar os de maior importância dentro da atividade turística que, além de gestores públicos e privados, secretarias de turismo, colaboradores do ramo de restauração e hospedagem, como também de entretenimento, agentes de viagens e os turistas, há a população local que afirmam sua identidade cultural a fim de transformá-la em elemento de interesse turístico, como as manifestações culturais, artesanato, identidade histórica da localidade, dentre diversas outras. (ARAÚJO; POSENATTO; NASCIMENTO; 2010).

Em relação ao PDITS do Pólo Seridó – RN, a participação dos *stakeholders*, identificados como sendo a Start pesquisa e consultoria técnica Ltda.; a Secretária de Turismo – SETUR; o Conselho Regional de Turismo do Pólo Seridó, que se propõe a ser um mecanismo estruturado e transparente que crie condições de participação da sociedade local no processo de desenvolvimento do turismo, adotando algumas diretrizes básicas, dentre as quais, atuar como um foro de discussão, consenso e deliberação sobre as estratégias e prioridades de desenvolvimento turístico do Pólo; as prefeituras municipais e o Ministério do Turismo – MTUR; na elaboração do plano ocorreu de forma integrada e participativa, que através de reuniões, oficinas e consultas públicas, discutiram, pensaram, propuseram e validaram todos os objetivos do plano. (PDITS, 2011).

Também vale destacar que o PDITS recebeu contribuições da equipe de acompanhamento do Ministério do Turismo e BID – Banco Internacional de Desenvolvimento, que segundo o PDITS (2011) o BID atua de modo estratégico ao disponibilizar recursos e base técnica de acompanhamento (avaliação, monitoramento e suporte) aos PDITS, no sentido de gerar condições aos estados para alcançarem os objetivos, que são: contribuir na ampliação, diversificação e integração da capacidade de atrair visitantes, articulando novos patamares de competitividade; consolidando os ganhos dos Programas Turísticos anteriores e instituir processos de gestão do turismo com maior participação e controle social; identificando os limites e potencialidades dos territórios turísticos, evitando os impactos negativos e potencializando seus atrativos. (PDITS, 2011).

Considerações Finais

Devido a enorme proporção que o turismo tem alcançado, nota-se a crescente preocupação por parte dos gestores públicos e sociedade civil em realizar um planejamento turístico adequado, seja a nível federal, estadual e/ou municipal. O turismo é uma atividade multidisciplinar que envolve diversas áreas, e inevitavelmente gera impactos, sejam eles positivos ou negativos, nos aspectos econômico, cultural, social e ambiental. Dessa forma, torna-se imprescindível um planejamento que não tenha apenas um compromisso com o desenvolvimento econômico, mas que busque, sobretudo, a sustentabilidade social, cultural e ambiental.

Nesse sentido, percebemos que as diretrizes traçadas no PNT 2007/2010, não visa apenas o desenvolvimento econômico, mas também a valorização cultural, o respeito ao meio ambiente e, principalmente a participação da sociedade nos benefícios que essa atividade proporciona, permitindo o desenvolvimento sustentável.

O PRODETUR se apresenta como grande impulsionador desses ideais, uma vez que contribui com a visão de turismo sustentável, caracterizado não só por obras de infraestrutura (saneamento básico, fornecimento de água, capacitação, recuperação do acervo histórico), mas também melhorando a qualidade de vida da população, por meio de capacitação, geração de emprego e renda entre outros.

Portanto, o PDITS Seridó vem concretizar os planos do Governo Federal, e os ideais almejados pelos Seridoenses há alguns anos, uma vez que a Região já participou de alguns projetos para desenvolvimento do turismo. O PDITS caracteriza-se como um instrumento de gestão e planejamento turístico para Região Seridó, que tem por objetivo principal orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, a curto, médio e longo prazo, estabelecendo as bases para a definição de ações, as prioridades e a tomada de decisão. Espera-se que esse Plano possa contribuir efetivamente com o

desenvolvimento sustentável da atividade turística, conforme as singularidades de cada cidade que compõe o Pólo Seridó.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Lindemberg Medeiros. Análise de stakeholders para o turismo sustentável. Vol. 8. Caderno Virtual de Turismo, 2008. Disponível em <http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/50993_5922.PDF>. Acesso em 06 de dez. de 2011.

ARAÚJO, Richard Medeiros de; POSENATTO, Amanda F. G.; NASCIMENTO, Ana Cléia. Cultura e as manifestações artísticas como um atrativo turístico em Natal – RN: Um estudo na percepção dos stakeholders. Natal, 2010. Disponível em <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/384/347>>. Acesso em 20 de nov. de 2011.

BAHL, Miguel (org.). Turismo: enfoques teóricos e práticos. São Paulo: Roca, 2003.

BARRETTO, Margarita. Planejamento responsável do turismo. São Paulo: Papirus, 2005. – Coleção Turismo.

BENI, Mario Carlos. Análise estrutural do turismo. 11^a ed. São Paulo: Editora Senac, 2006.

BRASIL – MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional do Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão. Brasília: MTur, 2007.

_____, Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas – 2003/2007. Brasília: MTur, 2003.

CAMPOS, Taiane Las Casas. Administração de stakeholders: uma questão ética ou estratégica. Minas Gerais, 2008. Disponível em <<http://www.iceg.pucminas.br/apimec/nucleos/stack.pdf>>. Acesso em 20 de nov. de 2011.

CRUZ, Rita de Cássia. Política de Turismo e Território. 3ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GASTAL, Susana (org.). Turismo: Investigação e Crítica. São Paulo: Contexto, 2002. – Coleção turismo Contexto.

GEOPARQUE SERIDÓ – RN. Informações adicionais sobre a proposta. 2011. Disponível em www.cprm.gov.br/geoecoturismo/geoparques/serido/informacoesadicionais.html. Acesso em 13 de nov. de 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado de Turismo. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS pólo Seridó. Natal, 2009.

HALL, Colin Michael. Planejamento Turístico: Políticas, processos e relacionamentos. 2^o Ed. São Paulo: Contexto, 2004 – (Coleção Turismo Contexto).

MARIN FILHO, Carlos José. Concepção de políticas públicas – Definição, Viabilização e Execução. Campus Santo Ângelo, 2005. Disponível em <<http://www.urisan.tche.br/~cursoplanodiretor/material/marin/cap1.pdf>>. Acesso em 20 de nov. de 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil: Roteirização Turística - Módulo Operacional 7. Brasília: Ministério do Turismo, 2005. Disponível em <<http://www.sead.ufsc.br/bibliotecas/upload/roteirizacao.pdf>>. Acesso em 20 de nov. de 2011.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SERIDÓ – PDSS. Estratégia, Programas e Projetos e Sistema de Gestão. Vol.2. Caicó, 2000. Disponível em www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/planodesenvolvimentosustentavelserido-volumei.pdf. Acesso em 13 de nov. de 2011.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO SERIDÓ – PDTIS DO PÓLO SERIDÓ/RN. Documento disponível na sede do SEBRAE em Currais Novos/RN, 2011.

PRODETUR NACIONAL. Regulamento Operacional. Versão Final, 2008. Disponível em http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/Regulamento_Operacional.pdf. Acesso em 06 de dez. de 2011.

_____. Programa de financiamento para o setor público: Estados e Municípios. Disponível em:

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/investir_no_nordeste/fatores_de_atratividade/docs/prodetur.pdf. Acesso em out. de 2010.